

AMAZÔNIA

Fechando o foco

Este Caderno Especial mostra os principais problemas da Amazônia e abre debate para soluções

A chacina dos ianomâmis fechou o foco das atenções mundiais sobre a Amazônia. Ela é a terra dos mitos e agora tem um ministério exclusivo. Seus cobiçados recursos e crescentes problemas, porém, estão bem longe da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e se encerram numa área de quase 5 milhões de km². Neste Caderno Especial, o jornalista Alberto Tamer apresenta estudos científicos que derrubam o mito de que a floresta amazônica brasileira vem sendo destruída (página 2). Cerca de 91,5% da floresta continua intocada, um santuário ecológico como a região do Rio Demene (foto ao lado). O Brasil, revela a jornalista Liana John, conseguiu desenvolver as mais avançadas tecnologias de observação para a região amazônica. O País já manipula com eficiência de Primeiro Mundo os melhores instrumentos de monitoramento ambiental. Os governantes ignoram a tecnologia e adotam políticas inadequadas (página 3). O jornalista William Waack mostra que o Brasil não corre o risco de ver a Amazônia internacionalizada (página 4).



Luiz Prado/AE

Rodrigo Mesquita/AE



A tragédia dos ianomâmis

A imprensa do mundo inteiro ligou seus holofotes na selva para descobrir fatos sobre a chacina dos ianomâmis — onde, como e quantos foram mortos. Na hora de responder, a Funai criou confusões. A Polícia Federal apurou

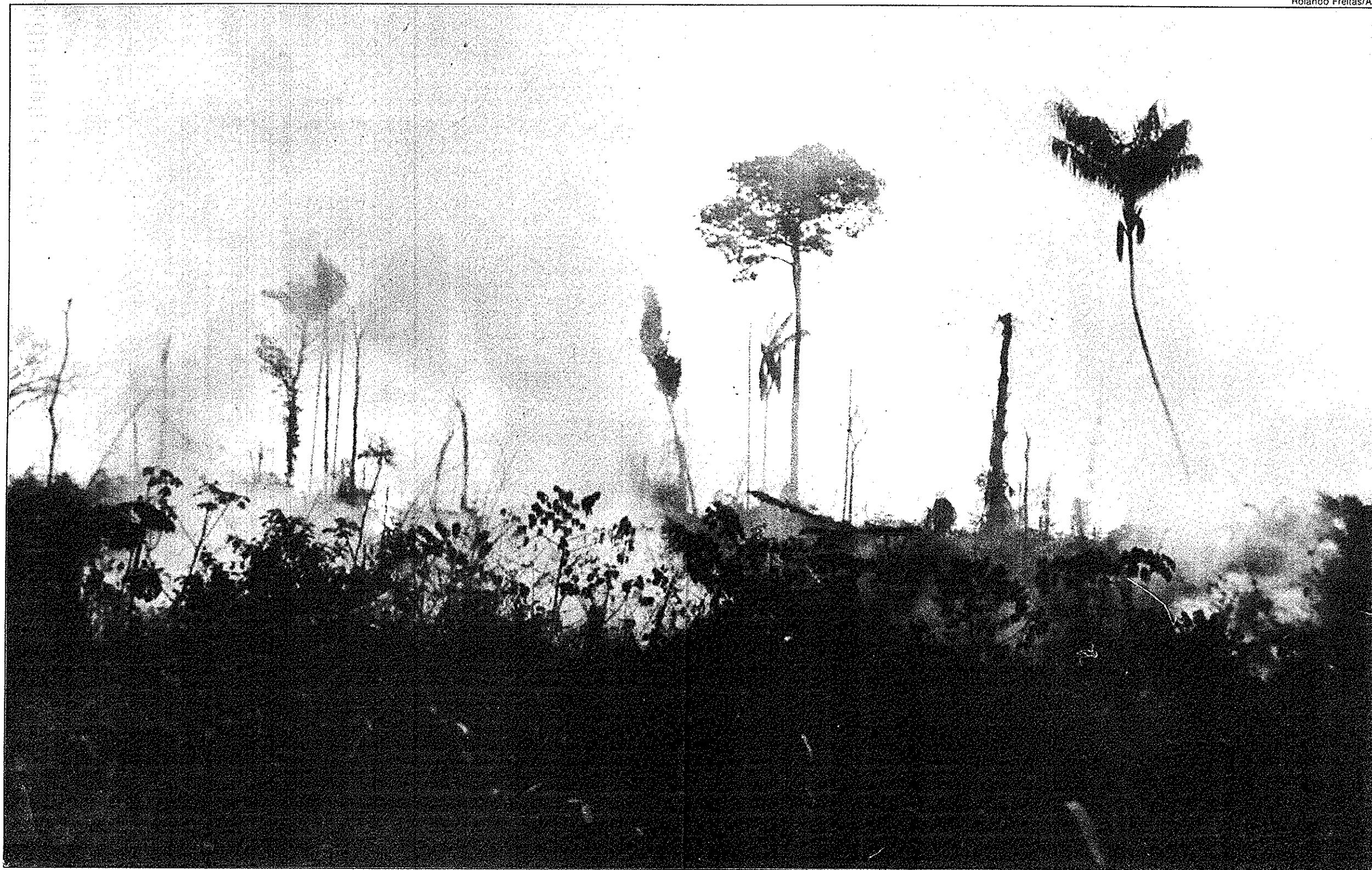
que 16 ianomâmis foram mortos por garimpeiros na Venezuela. O superdimensionamento da chacina diluiu problema maior, informa Marco Uchôa: índios nômades, bastante primitivos, estão sendo mortos. **Página 5**

Os habitantes da floresta

Os índios começaram a perder a inocência e o paraíso na Amazônia 42 anos depois da descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral. Ao vê-los, em 1542, o explorador espanhol Francisco de Orellana achou que dariam bons escravos. Até levou alguns como amostra para a Europa. Mais de 300 mil índios foram escravizados no Brasil de 1614 a 1639, numa chamada "Guerra Justa". A borra-cha apagou as

fronteiras ainda inalcançadas dentro da floresta a partir de 1887. Atraiu como um ímã os flagelados da seca do Nordeste, e também farto capital estrangeiro. Os índios pagaram o preço mais alto do ciclo da borracha. Foram escravizados por seringalistas. Foram grandes inimigos, hoje são amigos, confirmando um ditado tradicional no Oriente Médio: "O inimigo do meu inimigo é o meu melhor amigo." Índios e seringueiros estão atualmente unidos pela Aliança dos Povos da Floresta contra garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e todos os "predadores" que ameaçam o ambiente onde vivem e que os sustentam, informa o jornalista Moisés Rabinovici. **Página 6**





Em todos estes séculos, o desflorestamento total da Amazônia foi de 426.400 km², ou 8,5% de sua área, principalmente nas margens das estradas e nos projetos agropecuários, hoje em abandono

MITOS, CHAVÕES E MENTIRAS

Cientistas mostram que a Amazônia não está sendo destruída conforme se alardeia

ALBERTO TAMER

A Amazônia é a terra dos mitos, onde o culto da ignorância alimenta os chavões que se espalham e ganham corpo com a força das mentiras repetidas. Acabam ganhando aparência de verdades e, como tal, são lançadas aos quatro ventos. Isso até não seria tão grave se o governo soubesse isolar a mentira da verdade, o desejo de ajudar-se da má-fé, definindo, ele mesmo, uma política racional de desenvolvimento integrado e sustentável da região. Não é isso o que está acontecendo.

A simples manobra de meia dúzia de soldados norte-americanos em países fronteiriços com o Brasil, a denúncia de matança de índios ianomânis (agora não é mais "importante" porque, parece, foi na Venezuela) afetaram o cérebro do presidente, incendiaram a mente dos militares e iniciou-se uma verdadeira cruzada nacional pela preservação da Amazônia, que estrangeiros estariam querendo conquistar. Não se denunciou uma invasão, mas o que estavam fazendo aqueles fuzileiros norte-americanos nas nossas fronteiras, senão lançando as bases de um plano audacioso que seria posto em prática, se necessário?

Tudo isso beira ao ridículo que culminou com a criação do Ministério da Amazônia, entregue a um brilhante diplomata e negociador que vai agora usar os seus profundos conhecimentos linguísticos e de mercado financeiro internacional, conseguidos na sua carreira financiada pelo País, para coordenar a ação do governo na Amazônia. Nunca se viu nada tão absurdo. Isso reflete o surrealismo da posição do governo diante da "nova investida internacional" sobre os 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal.

Não é verdade que a Amazônia esteja sendo queimada e destruída. Cerca de 91,5% de toda a floresta continua intocada. O desflorestamento total é de apenas 426.400 km² (veja tabelas nesta página) e o desmatamento vem diminuindo ano a ano. Era de 0,54% em 1978/79 e, em 1990/91, caiu para 0,30%. Desflorestou-se em todos estes séculos apenas 8,5% da floresta amazônica, principalmente nas margens das estradas e nos projetos agropecuários, hoje em abandono.

De quem são esses dados surpreendentes, que se chocam com tudo o que se lê aqui e no Exterior?

Do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos, obtidos cientificamente por meio dos levantamentos permanentes feitos com imagens dos satélites Landsat. Incontestados até agora pelos organismos científicos internacionais.

O diretor do Programa Amazônia do Inpe, Volker W.J.H. Kirchoff — Ph.D em Física Espacial pela Universidade da Pensilvânia e autor do esclarecedor livro *Queimadas na Amazônia e Efeito Estufa* (Editora Contexto) — rebela-se contra esse

vezes. O desflorestamento, concentrado em algumas regiões, é de 426.400 km², só 8,5% da Amazônia Legal. A hileia está inteira. Não foi destruída como se fala. É preciso acabar com esse "achismo" — eu acho que, eu penso que. Essas previsões são falsas, sem base técnica nenhuma e dão margem a que se alimente toda essa polêmica negativa sobre a Amazônia, projetando uma imagem totalmente errada.

A professora Bertha K. Becker, titular do Departamento de Geografia da Universidade do Rio de Janeiro

de carbono, gás considerado o maior causador do efeito estufa.

■ Ainda é desconhecida a contribuição da Amazônia para a alteração do clima planetário. Para o efeito estufa ela é reduzida.

■ É discutível se a destruição acelerada da floresta causa a extinção de inúmeras espécies de animais e plantas. Estudos recentes mostram que elas desenvolvem grande capacidade de adaptação. O desmatamento da Mata Atlântica reduziu de 7% a 8% a sua extensão original, mas não houve perda

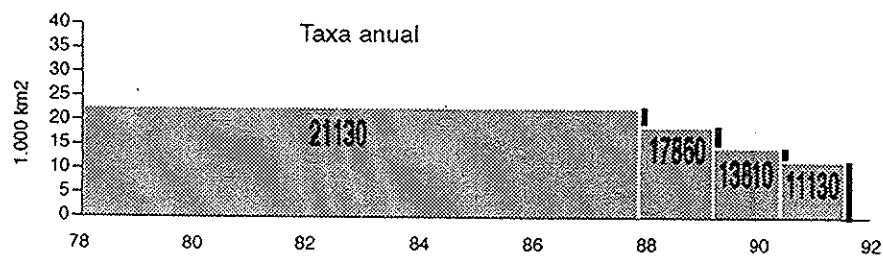
sendo uma grande fazenda fechada e retrógrada — e o sonho de afirmação dos militares, hoje sem muito o que fazer, a não ser lutar pelo rancho e por salários dignos. Enfim, chegou a grande oportunidade há tanto esperada de as Forças Armadas "lutarem" pela Amazônia. Para isso, porém, é preciso mostrar que ela está sendo ameaçada. Não temos aqueles fuzileiros navais norte-americanos na fronteira ou as empresas mineradoras querendo destruir a floresta e roubar o nosso minério? Ora, vamos então ao ataque. E o presidente foi...

dá-la profundamente para elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável. Tem técnicos e órgãos de pesquisas de alto nível para isso. Faltam recursos. O Inpe conta hoje com uma verba inferior a US\$ 500 mil por ano. O IBGE está falido. Os órgãos estaduais também.

"Quando se fala em aplicar US\$ 600 milhões por meio do Ministério da Amazônia, nos perguntamos se o primeiro passo não será dar pelo US\$ 10 milhões para que estudemos a fundo os segredos da Amazônia. Sem isso, tudo o que se fizer,

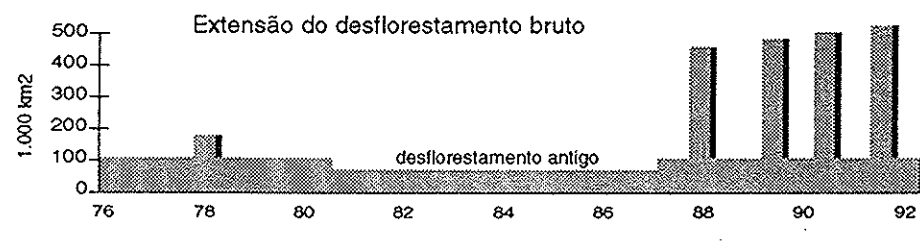
Taxa anual de desflorestamento bruto Amazônia legal

	78/89		87-88/89		89/90		90/91	
	km ² /ano	%/ano	km ² /ano	%/ano	km ² /ano	%/ano	km ² /ano	%/ano
Acre	620	0,42	540	0,39	550	0,39	380	0,28
Amapá	60	0,06	130	0,12	250	0,23	410	0,37
Amazonas	1.510	0,10	1.180	0,08	520	0,04	980	0,07
Maranhão	2.450	1,79	1.420	1,30	1.100	1,03	870	0,63
Mato Grosso	5.140	1,01	5.960	1,31	4.020	0,90	2.840	0,64
Pará	6.990	0,62	5.750	0,55	4.890	0,47	3.780	0,37
Rondônia	2.340	1,11	1.430	0,78	1.670	0,91	1.110	0,62
Roraima	290	0,18	630	0,39	150	0,10	420	0,27
Tocantins	1.650	2,97	730	2,00	580	1,61	440	1,26
Amazônia Legal	21.130	0,54	17.860	0,48	13.810	0,37	11.130	0,30



Extensão do desflorestamento bruto (em km²) Amazônia legal

	Jan 78	Abr 88	Ago 89	Ago 90	Ago 91
	Acre	2.500	8.900	9.800	10.300
Amapá	200	800	1.000	1.300	1.700
Amazonas	1.700	19.700	21.700	22.200	23.200
Maranhão	6.100	33.000	34.500	35.500	36.300
(incl. desfl. antigo 57.800km ²)	63.900	90.800	92.300	93.400	94.100
Mato Grosso	20.000	71.500	79.600	83.800	86.500
Pará	16.600	91.700	99.500	104.400	108.200
(incl. desfl. antigo 39.800km ²)	56.400	131.500	139.300	144.200	148.000
Rondônia	4.200	30.000	31.800	33.500	34.600
Roraima	100	2.700	3.600	3.800	4.200
Tocantins	3.200	21.600	22.300	22.900	23.400
Amazônia Legal	54.600	280.000	303.800	317.600	328.700
(incl. desfl. antigo 97.600km ²)	152.200	377.600	401.400	415.200	426.400



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe/ Maio de 1992

carnaval de mentiras e especulações: "A Amazônia Legal está praticamente intocada, confirmam nossos levantamentos, que são feitos com grande acuidade técnica e científica, checados e recheckados várias

DEVEMOS ACABAR COM O ESPÍRITO DE APOCALIPSE NOW, SEGUNDO O QUAL A FLORESTA SERÁ RAPIDAMENTE DESTRUÍDA

ro, reconhecida autoridade no assunto, autora dos livros *Geopolítica da Amazônia* e *Amazônia* (Ática Editora), defende ponto de vista idêntico: é preciso acabar com o espírito de *Apocalypse Now* que se difunde internacionalmente (veja box na pág. 4), segundo o qual "a floresta será rapidamente destruída, com consequências fatais para a o planeta". É preciso sustar o desmatamento acelerado, sim, mas isso já vem ocorrendo na última década.

A professora Bertha desfaz os mitos revestidos de verdades eternas que tremulam nas bandeiras dos ecologistas precipitados e opina:

■ A Amazônia não é o pulmão do mundo. O oxigênio que as árvores liberam de dia é reabsorvido à noite. Pelo contrário, ela funciona como um grande filtro, porque a floresta absorve grande parte do dióxido

de espécies. Elas aprenderam a resistir em pequenas manchas.

■ O desmatamento não foi generalizado. No máximo 40 milhões de hectares, 400 mil km². O que importa é não intensificá-lo. E ele vem se reduzindo ano a ano, por fatores econômicos, ecológicos e de desenvolvimento tecnológico.

Se este é o quadro real que os técnicos apontam, com base em levantamentos científicos, por que essa cealuma em torno da Amazônia, que dominou inteiramente o governo brasileiro, disposto agora a aplicar pelo menos US\$ 600 milhões para a proteção dos 11 mil quilômetros de fronteiras e preservar a região? Há uma associação de interesses ideologicamente motivados contra a participação estrangeira no desenvolvimento da economia nacional — muitos querem que continuemos

GOVERNO ESTÁ NA IMINÊNCIA DE DESPERDIÇAR NOVAMENTE VALIOSOS RECURSOS NA AMAZÔNIA

O governo brasileiro está na iminência de desperdiçar novamente valiosos e escassos recursos na Amazônia, como o fez com os projetos da Sudam. Se quiser conquistar a Amazônia precisa, primeiro, estu-

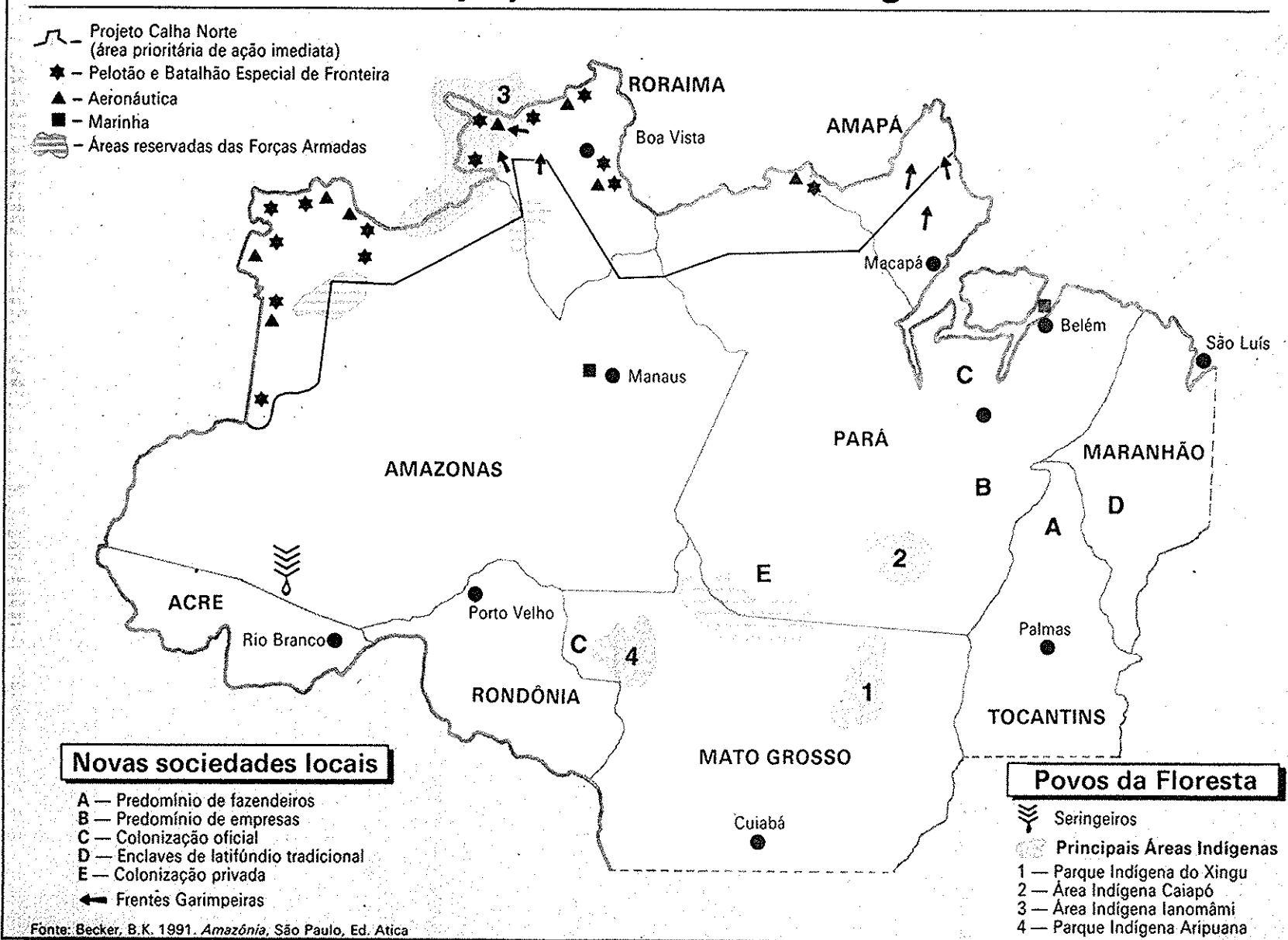
poderá fracassar." Quem afirma isso é o professor Kirchoff, do Inpe.

O presidente Itamar Franco não precisa entrar em crise. Não precisa convocar um Conselho de Defesa Nacional. Nada disso. Basta ler os poucos relatórios científicos sobre a Amazônia feitos por técnicos brasileiros competentes e dar-lhes condições para que aprofundem os estudos e possamos conhecer realmente a Amazônia, que ninguém quer pôr debaixo do braço e levar embora. Isso, só isso, presidente. Tudo o mais é balela, é fogo de artifício que já não ilude ninguém.

■ Alberto Tamer é editorialista econômico do Estado, autor do livro "Transamazônica Solução para 2001" e foi um dos jornalistas pioneiros a percorrer o traçado das principais estradas amazônicas na fase de construção.

AS RÉDEAS DO CAOS E O FUTURO

Ocupação da Amazônia Legal



Sem o zoneamento econômico-ecológico da região, os governantes adotaram caminhos próprios; em alguns casos, reforçaram situações de conflito social e desperdícios de recursos naturais da Amazônia

LIANA JOHN

Conhecer a Amazônia e só depois ocupá-la e desenvolvê-la. Essa foi uma das principais teses ambientalistas dos anos 80, ainda hoje defendida por alguns setores da comunidade científica. Muito bonita, mas pouco prática. Primeiro, porque é impossível parar qualquer atividade na Amazônia por decreto. Existem 12 milhões de pessoas na Amazônia Legal, que não podem parar de comer e respirar até que se produza conhecimento.

Além disso, a grande maioria dessa população — ribeirinhos, seringueiros, garimpeiros, madeiros e índios — só sente o vigor das leis nas demonstrações do Poder Público para a imprensa. No dia-a-dia, vigoram os "códigos de honra" de cada grupo. Segundo, porque o conhecimento e os modelos de desenvolvimento sustentável não são dissociáveis das atividades produtivas. Para saber o que se pode produzir na Amazônia sem depredar o ambiente e depauperar os recursos naturais é preciso arregaçar as mangas.

A rigor, pode-se dizer até que a Amazônia já teve sua moratória, mas só produziu exemplos de desenvolvimento não-sustentável. A "moratória" foi a suspensão dos incentivos fiscais, usados por empresas e investidores para sustentar fazendas economicamente inviáveis. Sem os incentivos, diminuíram os desmatamentos para criação de fazendas improdutivas. Os fazendeiros e agricultores de verdade passaram na peneira e continuam lá. Mas enfrentam a concorrência de aventureiros, porque a suspensão dos incentivos não foi secundada por políticas de desenvolvimento ou pela produção do tal conhecimento sobre a floresta.

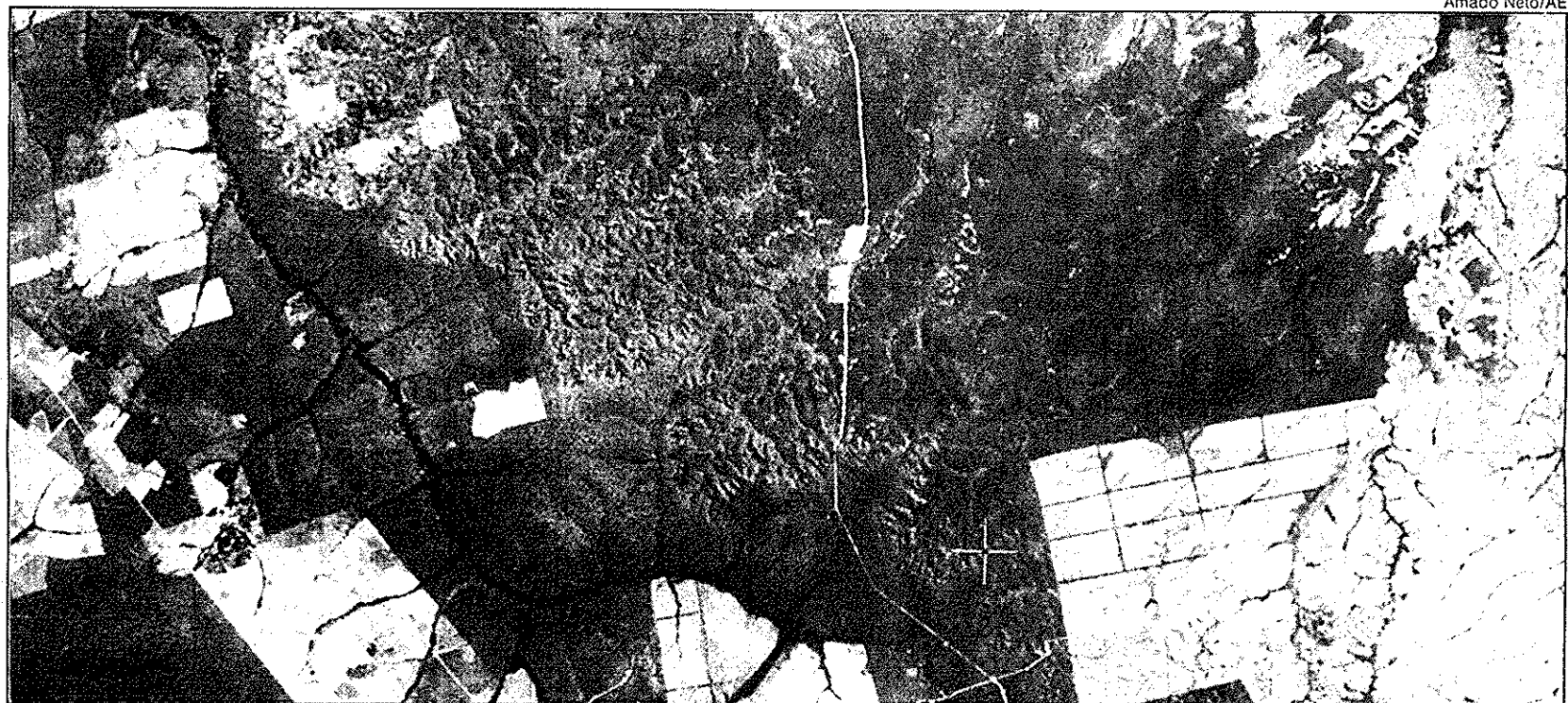
O fim dos incentivos estava vinculado à execução de um zoneamento econômico-ecológico, em que se baseariam as políticas regionais. No zoneamento estariam indicadas as áreas de aptidão e as restrições de uso da Amazônia. Isto é, num grande mapa estariam

delimitadas as áreas próprias para agricultura, pecuária, extrativismo, mineração, criação de cidades e as áreas impróprias para ocupação por haver risco de degradação ambiental ou por abrigar espécies de plantas e animais importantes. Esse grande mapa pode ser feito em menos de seis meses e com cerca de US\$ 3 milhões, se o Brasil usar recursos tecnológicos já disponíveis, como satélites e sistemas geográficos de informação, e recursos humanos já capacitados. Mas falta estabilidade institucional e decisão política. Quatro anos depois do fim dos incentivos, o zoneamento ainda não saiu do papel. Foram feitos apenas diagnósticos ambientais, muito amplos e de pouca serventia.

Sem o indicativo das melhores terras para atividades produtivas; sem uma definição clara da política de mineração; sem uma infraestrutura segura de comunicação e transportes para os grandes centros consumidores; sem a identificação das áreas mais frágeis e na ausência de orientação federal, os governos estaduais e locais adotaram caminhos próprios. Em alguns casos, reforçando situações de conflito social e desperdício de recursos naturais, como em Roraima e Rondônia, onde autoridades apóiam o garimpo de ouro e cassiterita abertamente.

Na falta do mesmo zoneamento, os empresários sérios também tomaram caminhos próprios. Muitos desistiram da Amazônia. Muitos restringiram a produção a um mínimo viável. No lugar deles, a economia dos Estados amazônicos foi tomada de assalto por novos garimpeiros, novos madeiros e toda sorte de aventureiros, especialmente motivados — pela crise e desemprego generalizados — para extrair da floresta a sobrevivência. Sem compromisso com a preservação ou com o futuro, essa população ocupou uma fronteira econômica que não foi preparada para recebê-la. E vai continuar empurrando a fronteira até o fim da floresta ou até que o governo retome as rédeas do caos. O que vier primeiro.

QUATRO ANOS APÓS O FIM DOS INCENTIVOS, ZONEAMENTO NÃO SAIU DO PAPEL



Levantamento realizado por satélite mostra regiões onde há devastação da floresta, na região da Serra do Roncador: mapeamento

TECNOLOGIA DE PRIMEIRO MUNDO

Toda a sofisticada tecnologia de monitoramento por satélites utilizada pelos especialistas brasileiros continuará desperdiçada caso os agentes políticos do País não acertem o passo

Apesar de toda a dificuldade econômica, o Brasil conseguiu desenvolver as mais avançadas tecnologias de observação para a região amazônica. Hoje, o País já manipula com eficiência de Primeiro Mundo os melhores instrumentos de monitoramento ambiental. É um dos países líderes na aplicação das imagens dos satélites americanos (Landsat e NOAA), e europeus (Spot e Meteosat), sem precisar de computadores muito potentes e com softwares nacionais. No início do ano, pôs em órbita seu primeiro satélite de coleta de dados, SCD1. E desde junho ensaia as aplicações do satélite radar europeu, ERS1, um poderoso instrumento de planejamento e vigilância capaz de enxergar através das nuvens e complementar os outros satélites ambientais com novas informações.

Bons projetos — Com essa tecnologia, desde 1973, o País esquadriou seu imenso e muitas vezes inacessível território a partir do espaço, a baixo custo, em curto prazo e eliminando boa parte dos exaustivos levantamentos de campo dos anos 70, materializados no excelente Projeto Radam.

O Brasil passou ainda a contestar, nos meios científicos, a posi-

ção de vilão ambiental que alguns países industrializados queriam lhe conferir, como forma de dissimular a própria poluição.

Os dados dos satélites foram fundamentais para mudar a imagem do País durante a Rio-92 e firmar posições diplomáticas como, por exemplo, durante as negociações para uma Convenção de Florestas.

Infelizmente, a reconhecida competência no olhar não encontra o menor eco no fazer.

Há pelo menos 5 anos, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recebe semanalmente, durante todo o inverno, uma lista com a localização e intensidade das queimadas em todo o País. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) processa as imagens do satélite NOAA e envia um telex ao Ibama, com as coordenadas geográficas das maiores queimadas. O órgão federal de "defesa" do meio ambiente não sabe o que fazer com as listas e as arquivos.

Ociosidade — Diversos laboratórios foram montados em fundações e empresas estaduais, para ler e trabalhar os dados de satélite. Quase todos se encontram ociosos por falta de equipes treinadas para operar os computadores.



Rio Demene, no Amazonas: imagem obtida por satélites, que coloca o Brasil entre os primeiros na aplicação dessa tecnologia

O máximo que executam é um programinha pronto de demonstração, para encher os olhos dos visitantes.

Tem mais. Desde 1989, alguns centros de pesquisa capacitaram-se para usar os Sistemas Geográficos de Informação, computadores capazes de combinar mapas, imagens radar e imagens de satélite para produzir e atualizar permanentemente os zoneamentos ambientais, agroecológicos, econômico-ecológicos, etc., etc.

Os zoneamentos servem para planejar o uso racional do solo, das reservas minerais e vegetais e

para ordenar a ocupação territorial, com menos impacto ambiental. Sempre em curto prazo, com baixo custo e com reduzidos levantamentos de campo.

Mas o poder ignora a tecnologia e adota políticas cegas e coxas. Anuncia, como um grande passo, a confecção de dezenas de mapas em papel, com um diagnóstico ambiental de tão difícil leitura e compreensão, que, certamente, será arquivado na pasta ao lado das listas de queimadas.

Novos dados — Agora, com o recém lançado Sistema de Vigilância

da Amazônia (Sivam) as aplicações dos satélites serão complementadas com informações dos novos radares de vigilância, bancos de dados e novas plataformas ambientais, cujos dados serão co-

A COMPETÊNCIA NO OLHAR NÃO ENCONTRA ECO NO FAZER

letados pelo SCD1. Com certeza existe capacitação técnica para montar de fato todo esse sistema e, sem nenhuma dúvida, a vigilância é necessária e urgente.

Acertar o passo — Mas toda essa tecnologia de monitoramento continuará desperdiçada, se os agentes políticos não acertarem o passo. No lugar de usufruto sustentável, duradouro e eficiente de sua imensa riqueza, o País continuará a assistir de camarote, lá do espaço, ao assalto de seus recursos minerais e depredação de suas florestas. (L.J.)

OCUPAÇÃO, QUESTÃO MENOR

Sobre a Amazônia, importante é saber quem pagará a conta do seu desenvolvimento

WILLIAM WAACK

Dificilmente se encontraria pessoas mais desiguais. Ao descer de seu Boeing no Aeroporto de Manaus, há quase dois anos, o enorme e corpulento chefe de governo alemão, chanceler Helmut Kohl, estendeu a mão para um político baixinho e que deve ter a metade de seu tamanho: Gilberto Mestrinho, o governador do Amazonas. Os jornalistas previam um choque de culturas, mentalidades e interesses, e preparavam-se para registrar um confronto quando Mestrinho retribuiu a saudação do chefe de governo alemão chamando-o de "esse grande turista".

Foi uma forte decepção — para os jornalistas. Kohl passou duas noites na selva, entusiasmou-se com árvores e bichos, passeou de canoa e entendeu-se perfeitamente com Mestrinho, o político brasileiro que chocou a consciência de ecologistas alemães com várias declarações repudiando as acusações formuladas por grupos de proteção ambiental. Kohl e Mestrinho — cada um a seu modo, é claro — falaram a mesma linguagem: a utilização racional de recursos da Amazônia não destruiria esse ecossistema.

"Internacionalização da Amazônia é algo que nunca passou por nossa cabeça", disse Kohl aos jornalistas.

Aparentemente, também nunca foi tema sério para os governantes de outros países do Primeiro Mundo, nos quais grupos de proteção ao meio ambiente e ecologistas transformaram a verdadeira ou pretensa destruição da Amazônia numa questão relevante para a opinião pública local. No gigantesco encontro de 120 chefes de Estado durante a Rio-92, em junho do ano passado, "internacionalização" não foi tema para ninguém. Tinham todos coisa muito mais importante para discutir: dinheiro.

A tese do desenvolvimento autosustentado (um dos temas centrais da Rio-92) é considerada exatamente o ponto oposto ao "perigo da internacionalização", isto é, a perda de território e recursos pelo fato de não ocupá-lo ou utilizá-lo racionalmente. O problema, que prossegue tão agudo quanto o foi no Rio-92, há 14 meses, é estabelecer quem paga. Os países como o Brasil consideram-se no direito de exigir financiamento extra por parte dos ricos, como Alemanha, Estados Unidos ou Japão. Afinal, argumentam, pelo menos por algum tempo estariam renunciando a benefícios (leia-se ingressos em moedas fortes) resultantes da exploração de recursos, além de necessitarem créditos para ter acesso a tecnologias que permitam desenvolver-se economicamente sem destruir o que resta do Planeta.

Ironicamente, isso poderia ser considerado a "internacionalização" às avessas do problema da Amazônia — mas não só. Se os países desenvolvidos pretendem que os países mais pobres "comportem-se" dentro de certas normas ao nortear seu crescimento econômico (supondo que isso possa ser feito com sucesso), então que coloquem para isso volumosos recursos financeiros à disposição.

HOJE, NADA DO QUE OS BRASILEIROS DIZEM É LEVADO MUITO A SÉRIO NO EXTERIOR

Desde que essa discussão foi colocada na Rio-92, na prática pouco ou nada se avançou: não apareceu ainda ninguém declarando-se de acordo em contribuir com somas a fundo perdido.

Na verdade, a preocupação central das potências ocidentais em relação a catástrofes ambientais mudou sensivelmente de prioridade. O destaque dado atualmente em países como a Alemanha virou-se para o Leste europeu, uma tendência já razoavelmente clara mesmo antes do gigantesco encontro realizado no Brasil, em julho de 1992. A desintegração dos regimes socialistas ao redor da extinta União Soviética trouxe à tona uma insuspeitada quantidade de desastres ecológicos, alguns deles de magnitude ainda não totalmente compreendida (como a do Lago Aral, na Ásia Central, ou os depósitos clan-



Bush: pensou ter sido artífice de uma nova ordem internacional

destinos de lixo radiativo no Mar Báltico, por exemplo). São mesmo poderosas bombas-relógio, com a diferença que algumas já explodiram.

Durante alguns meses, enquanto se falou na possibilidade de uma "nova ordem internacional" — da qual George Bush pensava ter sido o artífice —, calcada na ação concertada das principais potências ocidentais, ficou na moda examinar diversas modalidades de intervenção da comunidade internacional em situações locais caracterizadas por desrespeito aos direitos humanos, conflitos étnicos ou algo parecido a "crimes ecológicos". Essa figura jurídica obviamente nunca existiu nem chegou a ser formulada dessa maneira — o que chegou a causar preocupação em diplomatas (brasileiros também) eram considerações sobre os "limites da soberania nacional" em casos, como o da destruição do meio ambiente, em que interesses supranacionais estivessem violentamente afetados.

Nesse período decorrido desde a Rio-92 e a falsa discussão sobre "internacionalização" da Amazônia, a "nova ordem internacional" perdeu muito dos contornos traçados. As potências ocidentais mostraram-se incapazes de coordenar suas ações num conflito como o da antiga Iugoslávia, onde vários dos princípios que defendem foram clinicamente ignorados. Mesmo na Somália, um caso "simples" de intervenção por razões humanitárias, o exercício da atua-

ção da "comunidade internacional" mostrou-se uma perigosa armadilha aparentemente sem nenhuma solução no curto prazo, por melhores que tenham sido as intenções iniciais. Uma das melhores frases durante as longas maratonas de de-

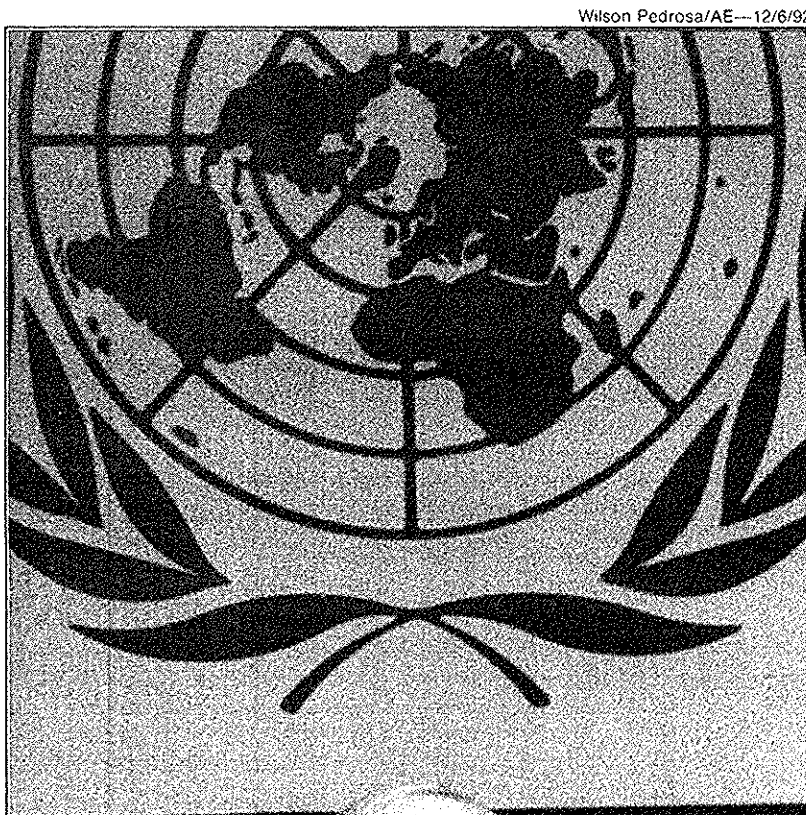
bates sobre ecologia, desenvolvimento e financiamento para países pobres foi pronunciada pelo diplomata brasileiro Rubens Ricúpero, atual ministro da Amazônia, então embaixador junto aos organismos multilaterais em Genebra e o homem que tentou, na princi-

pal comissão do evento, negociar entre ricos e pobres. "Numa negociação como esta, cada país representa apenas o peso que possui", afirmou, "e o Brasil é como um telão de fundo de cenário de teatro: se você encostar, cai".

Em outras palavras, o acentuado declínio do peso relativo do Brasil nas relações internacionais; a contínua perda de credibilidade no Exterior causada por sucessivos governos incapazes de colocar em prática (ou mesmo de formular) qualquer projeto nacional; as consequências econômicas da década e meia perdida retiraram de negociadores brasileiros o pouco de respaldo que ainda possuíam. A incapacidade do Estado brasileiro em definir como pretende "ocupar" a Amazônia é uma debilidade percebida com clareza em qualquer parte do mundo, não só entre os países ricos — pior ainda é a atitude do Legislativo brasileiro, que durante meses a fio nem sequer apreciou acordos por meio dos quais cerca de US\$ 200 milhões, emprestados em condições extremamente favoráveis, viriam para o Brasil para projetos de proteção ambiental.

A recente discussão sobre "internacionalização" desse fabuloso território, acirrada com a chacina de anomâmias, mal encobre essa deficiência dos governantes brasileiros em convencer os países desenvolvidos de que realmente sabem o que querem fazer da Amazônia e são capazes de apresentar programas ou projetos que atrairiam não só recursos financeiros de instituições multilaterais, mas, principalmente, investidores privados com capital de risco (por diversos motivos, nenhum deles no passado teve experiências excepcionalmente brilhante na selva). Atualmente nada do que as autoridades brasileiras dizem ou declaram é levado extremamente a sério no Exterior — uma triste realidade que qualquer dos embaixadores brasileiros em postos importantes, a grande maioria deles gente de experiência e excelente reputação profissional, confidam em dois minutos de conversa particular.

Atualmente nada do que as autoridades brasileiras dizem ou declaram é levado extremamente a sério no Exterior — uma triste realidade que qualquer dos embaixadores brasileiros em postos importantes, a grande maioria deles gente de experiência e excelente reputação profissional, confidam em dois minutos de conversa particular.



Kohl: "A internacionalização nunca passou por nossa cabeça"

pal comissão do evento, negociar entre ricos e pobres. "Numa negociação como esta, cada país representa apenas o peso que possui", afirmou, "e o Brasil é como um telão de fundo de cenário de teatro: se você encostar, cai".

Em outras palavras, o acentuado declínio do peso relativo do Brasil nas relações internacionais; a contínua perda de credibilidade no Exterior causada por sucessivos governos incapazes de colocar em prática (ou mesmo de formular) qualquer projeto nacional; as consequências econômicas da década e meia perdida retiraram de negociadores brasileiros o pouco de respaldo que ainda possuíam. A incapacidade do Estado brasileiro em definir como pretende "ocupar" a Amazônia é uma debilidade percebida com clareza em qualquer parte do mundo, não só entre os países ricos — pior ainda é a atitude do Legislativo brasileiro, que durante meses a fio nem sequer apreciou acordos por meio dos quais cerca de US\$ 200 milhões, emprestados em condições extremamente favoráveis, viriam para o Brasil para projetos de proteção ambiental.

A recente discussão sobre "internacionalização" desse fabuloso território, acirrada com a chacina de anomâmias, mal encobre essa deficiência dos governantes brasileiros em convencer os países desenvolvidos de que realmente sabem o que querem fazer da Amazônia e são capazes de apresentar programas ou projetos que atrairiam não só recursos financeiros de instituições multilaterais, mas, principalmente, investidores privados com capital de risco (por diversos motivos, nenhum deles no passado teve experiências excepcionalmente brilhante na selva). Atualmente nada do que as autoridades brasileiras dizem ou declaram é levado extremamente a sério no Exterior — uma triste realidade que qualquer dos embaixadores brasileiros em postos importantes, a grande maioria deles gente de experiência e excelente reputação profissional, confidam em dois minutos de conversa particular.

Atualmente nada do que as autoridades brasileiras dizem ou declaram é levado extremamente a sério no Exterior — uma triste realidade que qualquer dos embaixadores brasileiros em postos importantes, a grande maioria deles gente de experiência e excelente reputação profissional, confidam em dois minutos de conversa particular.

Desmatamento foi superdimensionado

A destruição ambiental na região amazônica muito dificilmente servirá de desculpa para uma intervenção direta dos países industrializados contra a soberania brasileira. Mas, na verdade, tem servido como carta de peso nas mesas onde se negociam comércio exterior e acordos internacionais.

Não são raros os exportadores brasileiros a sofrer sanções comerciais sob a alegação de que seus produtos contribuem para a destruição da floresta. Os produtores de derivados de madeira oriunda de reflorestamentos são o melhor exemplo. Exportam chapas e compensados feitos de pinus e eucaliptos — duas árvores exóticas plantadas nas regiões sul e sudeste —, mas já sofreram boicotes como se estivessem vendendo o mogno amazônico.

Política externa — De forma bem mais complexa e sutil, o superdimensionamento da área

desmatada na Amazônia serve à política externa de países como os Estados Unidos, mais por razões de mercado e menos por consciência ambiental. Isso ficou claro durante as negociações da Rio-92: a comitê norte-americana insistiu em atribuir ao Brasil um desmatamento anual de 40 a 80 mil quilômetros quadrados, apoiada em relatório da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), quando todos os outros organismos internacionais e negociadores já haviam reconhecido e adotado o número do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe (21 mil km² anuais como média da década).

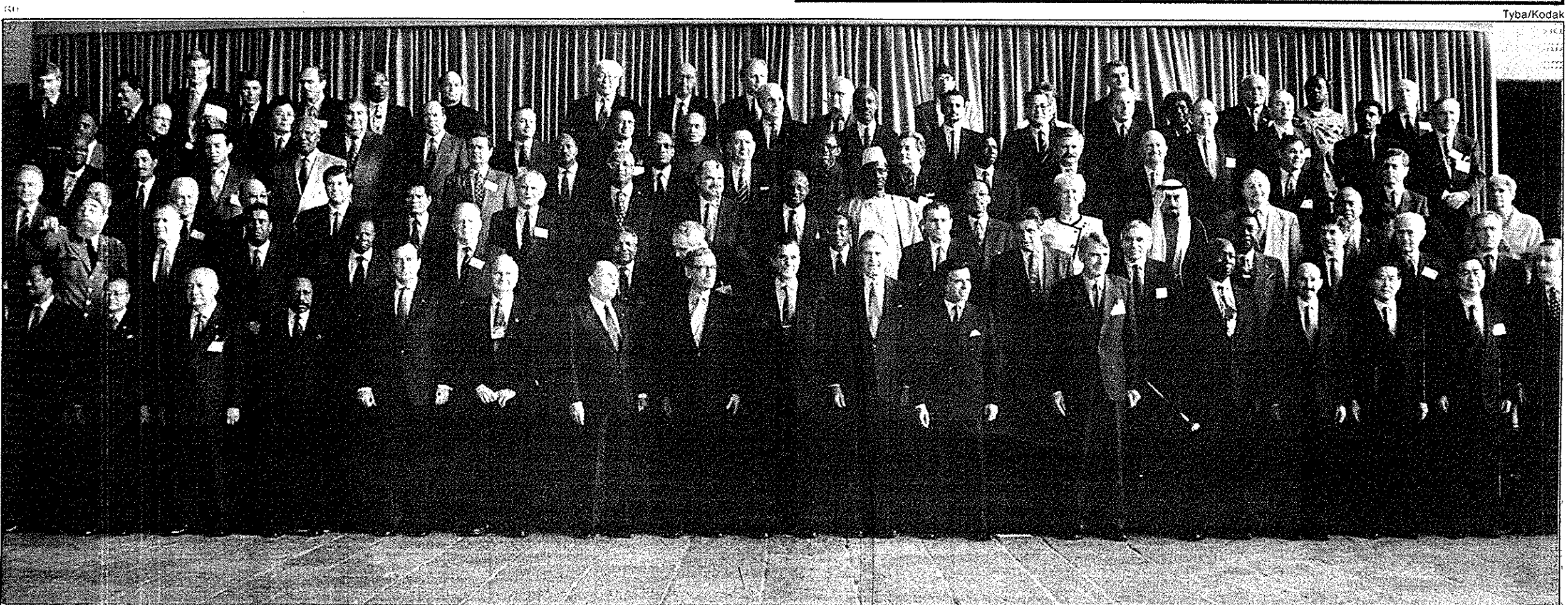
A comitê americana queria assegurar a assinatura de uma Convenção de Florestas em que

o corte de madeira fosse restrito a cotas internacionalmente estabelecidas.

Baseava sua argumentação nos números superdimensionados do desmatamento tropical e insistia em restringir apenas as madeiras tropicais, cujo mercado ficaria limitado, em favor das madeiras oriundas de florestas temperadas (como as do noroeste dos Estados Unidos).

A Convenção de Florestas não saiu, mas a opinião pública americana continua mais atenta à derrubada na Amazônia, do que em seu próprio quintal. Mesmo o governo Clinton, tido como ambientalista, discute novas leis para favorecer o corte das florestas americanas, como alternativa de proteção ao emprego dos madeireiros. (L.J.)

RAZÕES DE MERCADO EXPLICAM EXAGEROS



Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), chefes de Estados posam para a foto oficial: Fernando Collor e George Bush ainda eram presidentes

Wilson Pedrosa/AE



Jovem ianomâmi de Homoxi: silêncio sobre os mortos de Haximu



Curumim ianomâmi de Haximu: garimpeiros que continuam a rondar as pistas do ouro põem ianomâmis mais próximos do perigo



O superdimensionamento do massacre provoca diluição do problema maior: estão matando índios nômades que vivem em estágio bastante primitivo



Confusão localizada
Comando de Operações Táticas afirma que a aldeia Haximu, onde ocorreu o massacre, fica na Venezuela, a 15 quilômetros da fronteira com o Brasil.

A aldeia limite
Segundo a Polícia Federal, a aldeia Haximu, onde quatro índios foram assassinados, fica na Venezuela, a 15 km da fronteira com o Brasil. Os tapiris, onde outra matança aconteceu, também: O parecer foi divulgado pela PF em 30/8, 12 dias depois de a Funai ter anunciado a ocorrência do massacre como sendo no Brasil.

AGONIA DE ÍNDIOS E DA VERDADE

A confusa divulgação do massacre dos ianomâmis ofusca o fato grave: o assassinato de índios

MARCO UCHOA

A Fundação Nacional do Índio (Funai) conseguiu arrancar ainda mais a imagem do Brasil no Exterior. Para isso usou uma arma perigosa: a falta de informações concretas aliada à precipitação. A imprensa do mundo inteiro ligou seus holofotes na selva para descobrir fatos sobre o massacre dos índios ianomâmis, onde, como e quantos foram mortos. Na hora de responder, os técnicos da entidade criaram confusões. Começou, então, um vai-e-vem de número de mortos, seguido da apresentação de testemunhas que nada presenciaram, além de discursos empolgados e indignados. Dezesseite, 19, 40, 73, 120 e 18. Por último, a Polícia Federal apurou que 16 ianomâmis foram mortos por garimpeiros em território venezuelano. "Brincaram com os números e esqueceram a prudência e a honestidade com os fatos", comenta José Altino Machado, delegado da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), um dos representantes dos exploradores de ouro da região. O fato de o massacre ter ocorrido na Venezuela abriu uma discussão

diplomática. O superdimensionamento do massacre, apontado pelo antropólogo francês Bruce Albert, convidado pela Funai para ajudar nas investigações, provocou a diluição do problema maior: estão matando índios nômades que vivem em estágio bastante primitivo. Uma semana após a divulgação da chacina, a imprensa estrangeira abandonou a selva cheia de dúvidas, mas com a certeza de que foi usada nesta "brincadeira". "Estamos empenhados em descobrir a verdade", disse o administrador regional da Funai, em Boa Vista, Suami dos Santos. O problema é que uma nova "verdade" aparecia a cada meia hora. Boa Vista se transformou na Mecca dos boatos.

A tragédia foi ilustrada pelo agente da Funai, Wilk Célio, como "um Vietnã em plena selva". "Corpos mutilados espalhados em vários pontos". "Ianomâmi não mente", comentou o sertanista e intérprete, Francisco Bezerra de Lima, que trabalha com índios há 30 anos. Pode ser verdade, mas ele não conseguiu transmitir as verdades dos índios. Fez uma lista de 73 mortos. "Conversei com eles e fui anotando os detalhes", disse. Hoje, sabe-se que muitos dos índios dessa lista estão vivos e moram na maloca de Makos, na região do Toototobi, Amazonas, para aonde os índios foram após o ataque dos garimpeiros.

O sertanista ficou desconcertado

com o relatório de Albert, que listou 18 mortos e 69 feridos, além de traçar a trajetória de fuga dos ianomâmis. "Ele se enganou, pois os índios também se confundiram", ponderou Dinarte Nobre de Madeiro, assessor da presidência da Funai. O estrago já estava feito. Os índios desconhecem os códigos dos brancos e a entidade responsável por eles não consegue se comunicar. Um caos.

Foi preciso um francês, com 20 anos de experiência com os índios, para descobrir a história mais próxima da verdade. Um garimpeiro roubou uma espingarda dos índios, que, por isso, foram tirar satisfação. No confronto, cinco índios e dois garimpeiros morreram. Ainda não está claro quanto tempo depois um segundo ataque ocorreu. Com medo, os índios haviam abandonado as malocas e montaram acampamento improvisado (taperis), a 40 minutos a pé de Haximu. Garimpeiros invadiram esses taperis e mataram outros 13 índios. Na versão do antropólogo, morreram 18 ianomâmis. A PF, no entanto, apurou que no primeiro ataque morreram quatro índios e outros 12 na segunda investida dos garimpeiros.

Quem dá arma para os índios? Os garimpeiros de Boa Vista acusam a Funai e a Igreja. "Isso não tem o menor fundamento", garante o bispo dom Aldo Mongiano, que já foi ameaçado de ter sua cabeça na batéia da estátua em homenagem aos garimpeiros, em Boa Vista.

Todos estavam interessados em ver os corpos. Esqueceram-se de que os ianomâmis não falam dos mortos, cremam os corpos e comem as cinzas numa espécie de mingau, acreditando que, com isso, absorvem a sabedoria dos ausentes. "En-

contramos dez fogueiras com vestígios de ossos", alardeou mais de uma vez o agente Wilk Célio. Detalhe: o local das fogueiras, os taperis e as duas malocas de Haximu queimadas ficam na Venezuela.

O território venezuelano foi violado o tempo inteiro, mais uma vez, pela falta de cuidado da Funai. "Tenho certeza que fica no Brasil", afirmou Madeiro. O ministro Maurício Corrêa e o procurador-geral Aristides Junqueira estiveram no local e mexeram numa ossada encontrada nas imediações dos taperis. Pelo re-

latório da PF, a ossada é de uma índia adolescente e a única que consta no inquérito sobre o caso. A falta de cautela norteou o tempo todo as ações dos agentes da Funai, pois as malocas de Haximu nem constam nos relatórios da entidade nem são atendidas pelos médicos da Comissão pela Criação do Parque Yanomâmi (CCPY). "Eles sempre foram atendidos aqui no Brasil", afirma Madeiro. Esqueceu-se, porém, que os índios são nômades e, como a Venezuela não lhes oferece atendimento médico sistemático, acabam vindo para o Brasil.

No começo, parecia que a ordem era quantificar, sem critérios, um massacre que até agora continua sem solução. Enquanto isso, os garimpeiros continuam rondando as pistas do ouro e colocando os ianomâmis cada vez mais próximos do perigo. Em Boa Vista, a morte dos índios é considerada uma farsa, como se não fosse um fato grave. Uma retórica provocada pela própria Funai, que, com a dança dos números, diluiu o impacto da violência contra os índios.

Brancos também têm muita terra

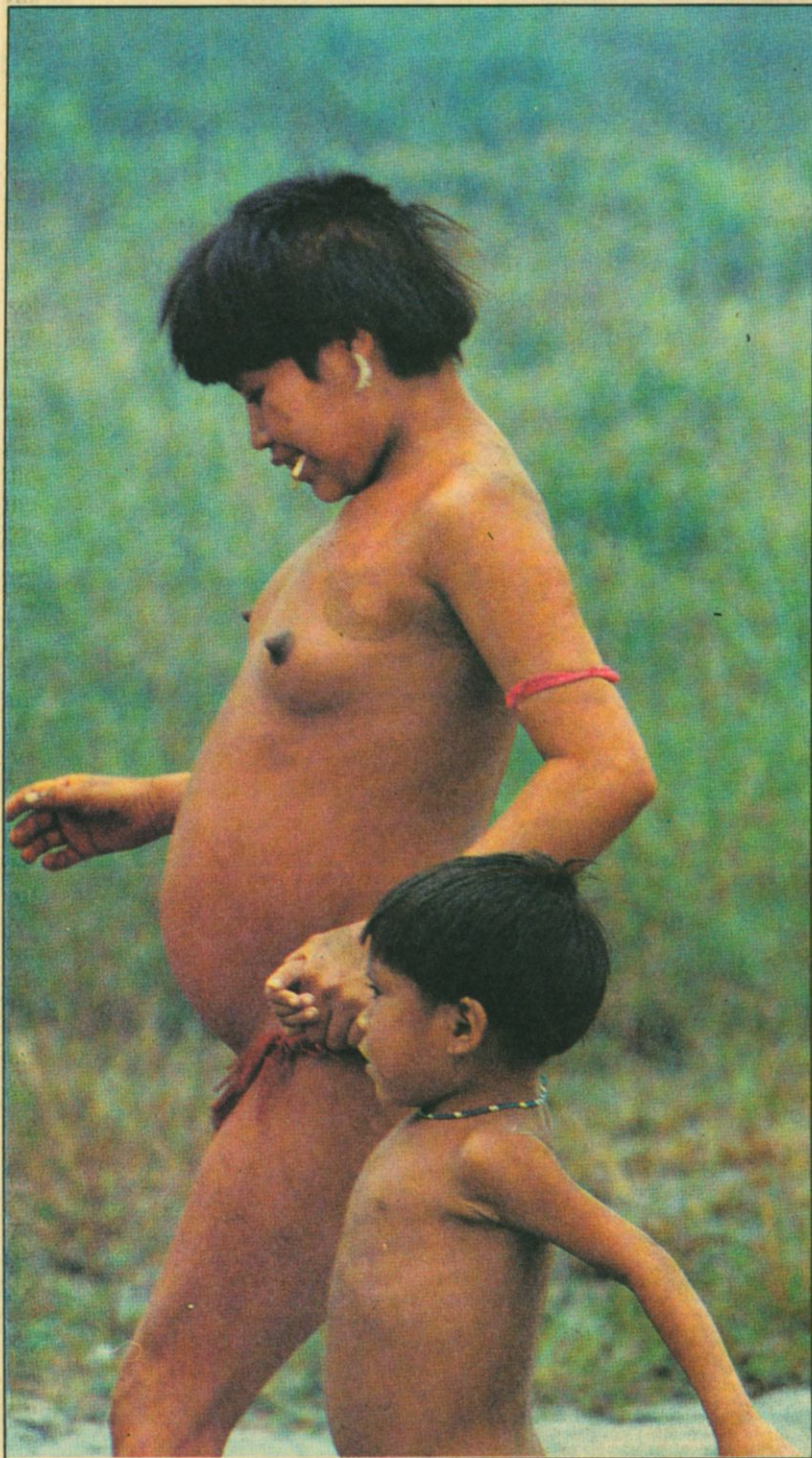
A reserva ianomâmi tem uma área do tamanho de Portugal — 9,6 milhões de hectares —, ao norte dos Estados do Amazonas e Roraima. Os homens brancos estão interessados na diminuição dessa área, rica em minérios.

Mas esquecem alguns detalhes na hora de questionar o tamanho da reserva. Roraima tem 230.104 km². Cerca de 67% dessa área está demarcada para os índios, não só ianomâmis. O restante, 33% (75.934 km²), é ocupado pelos brancos. A população aproximada do Estado é de 215 mil habitantes, sendo 18 mil índios. Hoje, a relação habitante/km² no Estado é de 0,93. Conclusão: se a área ianomâmi não for reduzida, a população branca precisará ser seis vezes maior do que é hoje para que a média habitante/km² passe para 2,06, mais próxima da média da região Norte, que é de 2,63.

Os dados são da Secretaria Estadual de Planejamento de Roraima e, de uma certa forma, acabam com a discussão de que há muita terra para os índios. Pelos números, fica claro que os brancos também têm bastante área para ocupar. A grande questão é descobrir formas alternativas de produção. O garimpo em área indígena ainda é proibido. "Acontece que a riqueza mineral está mais concentrada nas áreas ocupadas pelos índios", admite Antonio Gonçalves dos Santos, que abandonou o garimpo em 1991, quando o ex-presidente Fernando Collor assinou a demarcação das terras dos ianomâmis.

A reserva foi reconhecida com a modificação de um decreto anterior do ex-presidente José Sarney, que pulverizava o hábitat dos índios em 19 ilhas, permitindo que fosse realizado o garimpo na área entre elas. Os exploradores do ouro começaram a chegar na região na década de 70 e, segundo dados da Funai em 1988, havia cerca de 30 mil garimpeiros e várias pistas de pouso clandestinas. A pressão de entidades não governamentais também começou nos anos 70. (M.U.)

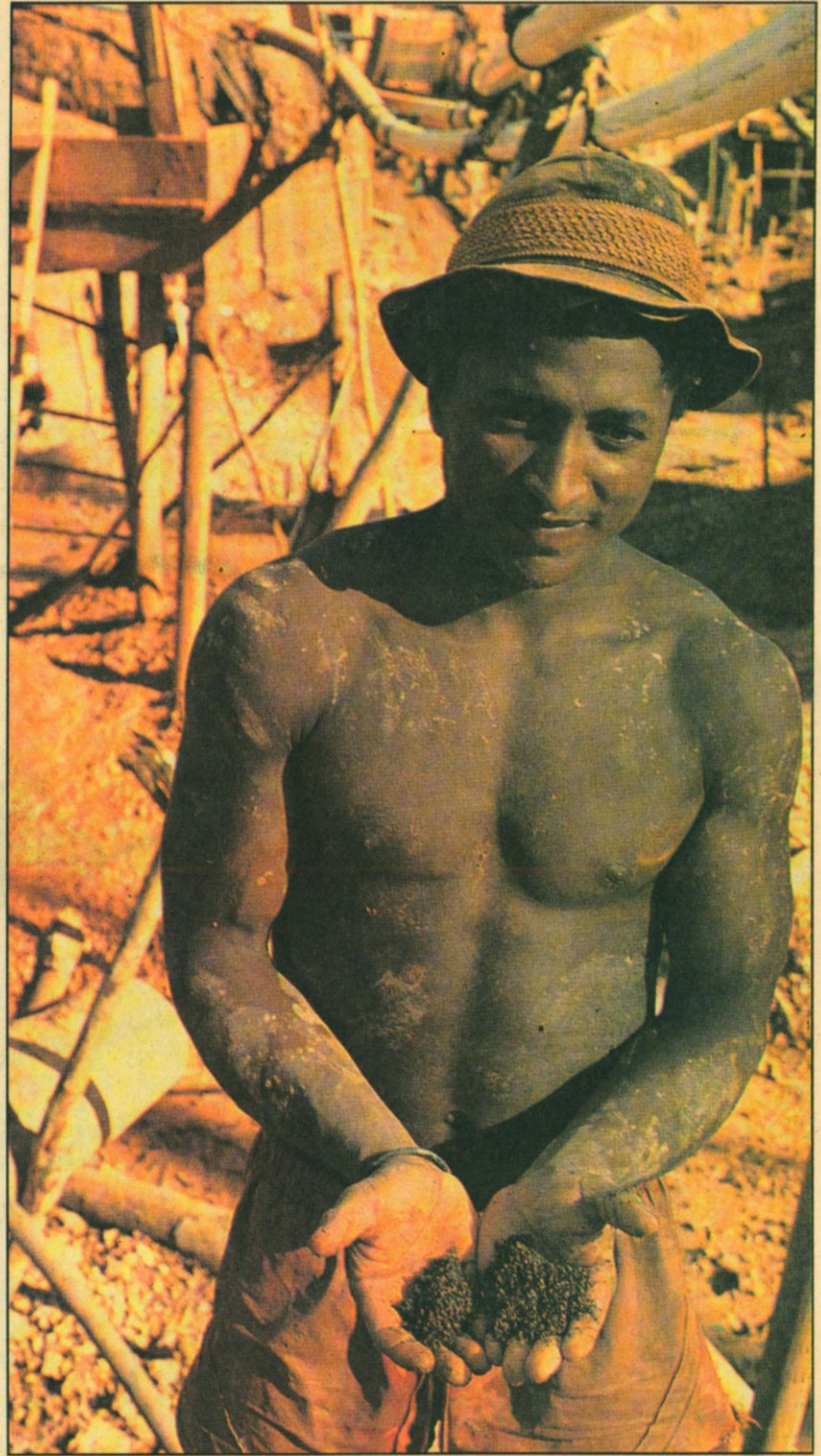
EM RORAIMA A RELAÇÃO HABITANTE POR QUILÔMETRO QUADRADO É DE 0,93



Índios ianomâmis: os últimos a perder a inocência na Amazônia



O seringueiro: 'soldado da borracha' recrutado por Getúlio Vargas



O garimpeiro: predador do ambiente e nômade como os beduínos

O HOMEM DA FLORESTA

Depois dos índios, que já foram três milhões e hoje somam pouco mais de 200 mil, hordas de caras-pálidas penetraram no Éden tropical; a inocência relatada pelos descobridores deu lugar a conflitos

MOISÉS RABINOVICI

Eravam de uma "inocência tão grande quanto a de Adão" ao serem encontrados há 493 anos pelo descobridor Pedro Álvares Cabral. Mas no Éden tropical penetraram depois hordas de outros caras-pálidas das tribos dos bandeirantes, seringueiros, garimpeiros, madeiros, colonizadores, migrantes, posseiros e boiadeiros. Eram 3 milhões, esses primeiros brasileiros. Hoje são 221 mil sobreviventes de doenças importadas, tiros e escravidão, postos para escanteio no "inferno verde" da Amazônia, onde estão 98,67% de suas 504 reservas, cercadas por cerca de 12 milhões de habitantes.

O vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, ficou "perplexo" ao sobrevoar o "inferno verde" logo depois de uma tempestade. E escreveu: "Nuvens de evaporação surgiram sobre as árvores para formar novas nuvens de chuva levadas para oeste pelo vento." Com os índios foi sempre assim — uma tormenta depois de outra: as perseguições da conquista continuaram no ciclo da borracha e ainda se repetem pelo apetite de ouro e terra.

Os índios começaram a perder a inocência e o paraíso na Amazônia 42 anos depois da descoberta do Brasil. Ao vê-los, em 1542, o explorador espanhol Francisco de Orellana achou que dariam bons escravos. Até levou alguns como amostra para a Europa. Com a fundação do forte do Presépio, em 1616, hoje Belém, chegaram missionários e colonizadores que os confinaram

para convertê-los ao cristianismo e ao trabalho forçado. Mais de 300 mil índios foram escravizados no Brasil de 1614 a 1639. Índio doente era índio morto. D. João VI instituiu o extermínio de tribos "hostis", no século 19, numa operação batizada "Guerra Justa".

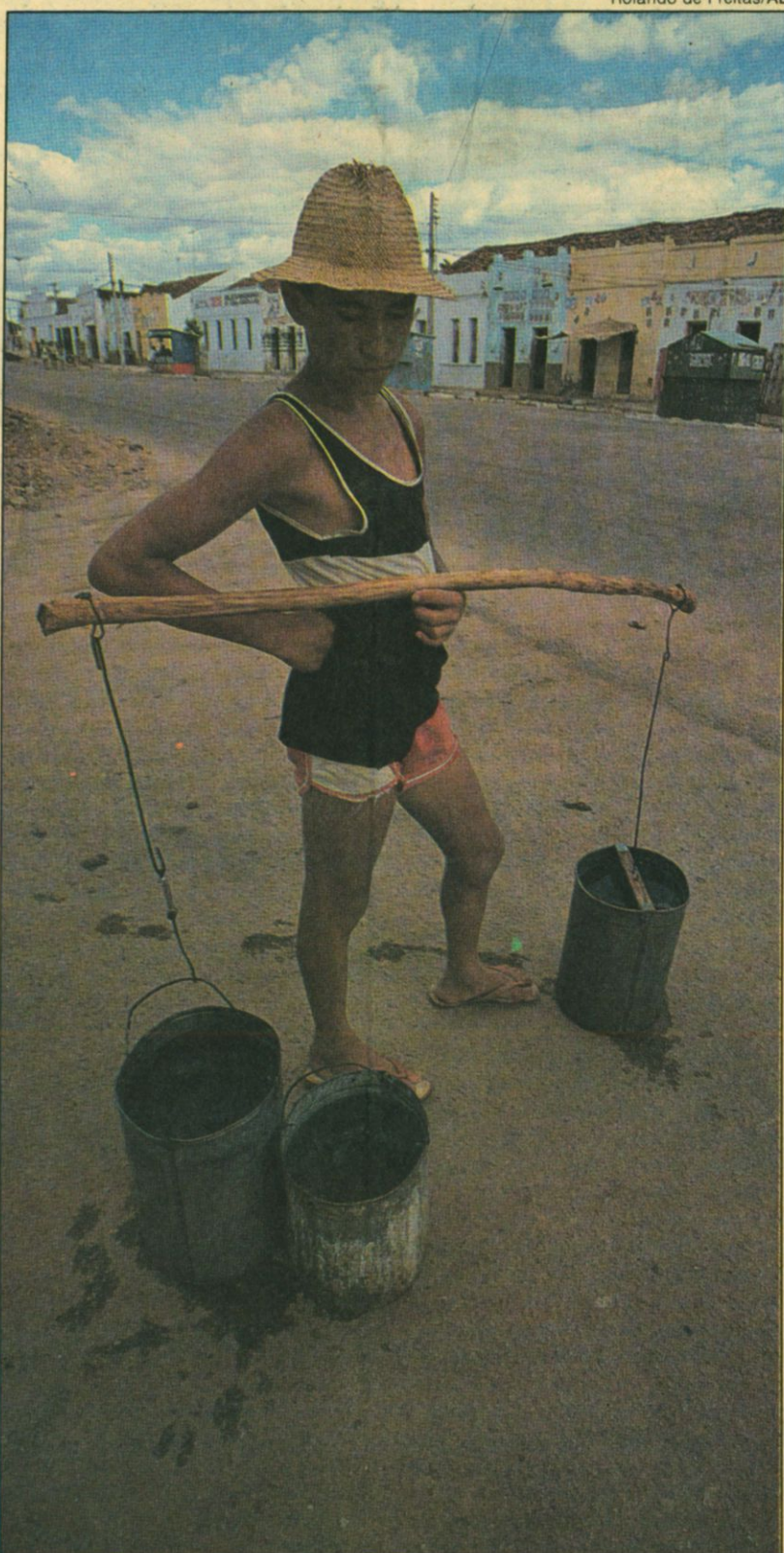
A borracha apagou as fronteiras ainda inalcançadas dentro da floresta a partir de 1887. Atraiu como

um ímã os flagelados da seca do Nordeste, e também farto capital estrangeiro. Os índios a extraíam da casca das seringueiras para calçá-la. Os europeus já a conheciam antes mesmo de Cristóvão Colombo descobrir a América. Mas o látex só se tornou preciosa matéria-prima com o processo de vulcanização desenvolvido por Charles Goodyear, em 1842, e com a invenção do pneu, em 1890, por John Dunlop. O Brasil bateu um recorde, em 1912, quando produziu 42 mil toneladas de borracha. Mas um ano depois, a Malásia, com sementes de seringueiras contrabandeadas da Amazônia, passou à frente, com 47.618 toneladas. Os índios pagaram o preço mais alto do ciclo da borracha. Foram escravizados por seringueiros.

Foram grandes inimigos, hoje são amigos, confirmando um ditado tradicional no Oriente Médio: "O inimigo do meu inimigo é o meu melhor amigo." Índios e seringueiros estão agora unidos pela Aliança dos Povos da Floresta contra garimpeiros, madeiros, fazendeiros e todos os "predadores" que ameaçam o ambiente onde vivem e que os sustentam. Getúlio Vargas tentou um novo ciclo da borracha, entre 1940/54. Queria ocupar a Amazônia "para

protegê-la de invasões estrangeiras e trazer benefícios para camponeses e colonos, em lugar de alguns latifundiários". Entusiasmara-se com os seringueiros plantados pelo magnata Henry Ford em 1 milhão de hectares da Fordlândia, às margens do Rio Tapajós, no Pará. O mundo em guerra precisava de borracha. Os produtores asiáticos esta-

vam bloqueados. Então, os novos "soldados da borracha" marcharam para os seringueiros recrutados por um Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores e amparados por um Banco de Crédito da Borracha, uma companhia americana de transporte, a Rubber Reserve, e a assistência médica patrocinada pela Fundação Rockefeller. Mas a guerra acabou. E o sonho, também.



O caboclo: perda crescente de terreno para nordestinos e sulistas

Os seringueiros que permaneceram, chocaram-se na década de 70 com empresários que queriam transformar os decadentes seringueiros em pastos para a implantação da pecuária. A violência explodiu principalmente no Acre. Como os índios antes deles, milhares recuaram para o fundo da floresta. De 15 a 50 mil serin-

gueiros fugiram para a Bolívia. Outros organizaram sindicatos e inventaram os "empates", impedindo com o próprio corpo que um trator ou motosserra fossem usados.

A última grande fronteira inexplorada da Terra foi aberta a fórceps depois que o Congresso estabeleceu a Superintendência do Pla-

no de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953, com uma pauta ambiciosa para o desenvolvimento da agricultura e a exploração da floresta jamais executada. "De concreto mesmo", lembrou o geógrafo Luís Cavalcanti Bahiana, do IBGE, "o que se fez foi abrir estradas". E cada ferida na mata atraiu ondas de migrantes com as promessas de que levavam ao paraíso. Juscelino rasgou a Belém-Brasília e a Brasília-Acre, hoje BR-364, que liga Cuiabá a Rio Branco. Os anos militares, de 1964 a 80, renderam a Transamazônica e a Perimetral Norte, a Sudam no lugar da SPVEA, os incenti-

vos fiscais para os projetos agropecuários, madeiros e agromineiros, a paranoia de que todo espaço vazio é uma ameaça à soberania nacional, o Polonoeste, a Zona Franca, as agrovilas, agrópolis e rurópolis, a fumaça das queimadas que fechava aeroportos, e uma bandeira ao Inca: "Terra sem homens, para homens sem terra." Só na década de 70 chegaram 1.187.475 pessoas à nova fronteira, sulistas e poderosos grupos como a alemã Volkswagen, a italiana Suiá-Missu, a holandesa Bruynzeel e a americana Jari de Daniel Ludwig.

Os colonos foram semeados pela Amazônia, mas não criaram raízes. Nem a terra era tão fértil. A primeira safra de desempregados produziu fartura de mão-de-obra. Era mesmo o que o governo queria colher, como concluiu a geógrafa Dora Rodrigues Hees, no 1º Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas, em 1990, em Manaus: "Essa política, além de uma estratégia para atrair mão-de-obra, visava, ainda, outros objetivos. De um lado, era uma forma de não realizar a reforma agrária em regiões de tensão social e estrutura fundiária concentrada, como o Nordeste, ou onde o grau de pressão sobre a terra é muito elevado, como no Sul. De outro lado, era uma tentativa de aplacar os conflitos sociais no próprio local onde se davam, como foi o caso de projetos de colonização do Acre, criados em áreas de seringueiros, onde a sua transformação em fazendas de gado e a expulsão de seringueiros deram origem a conflitos."

Um caldeirão em que todos brigam contra todos. A Amazônia é uma terra de migrantes, explica outra geógrafa do IBGE Adma Figueiredo. "Há áreas que ainda são do domínio de caboclos, cada vez menores, outra Amazônia nordestini-

zada e outra ocupada por sulistas. Uns vêm com um pacote tecnológico adaptado ao clima temperado. Outros destroem a mata por onde passam." Os garimpeiros são como beduínos, nômades. E a própria Amazônia são duas: "Aqui uma área de cerrado, de fronteira agrícola, e ali outra, ainda mata. E dentro dessas áreas, uma enorme variedade de situações: desmatamento, garimpo, conflito entre índios e proprietários de terra, garimpeiros com índios, índios e madeiros. Temos no Maranhão um grande contingente de pequenos proprietários. No Mato Grosso, uma ocupação modernizada, com soja. Não se pode falar numa questão ambiental única na Amazônia".

A década de 80 foi marcada pelo questionamento que alcançou a Rio-92. A Amazônia Legal, com 4.906.784 quilômetros quadrados delimitados para planejamento em 1946, tornou-se uma Amazônia Illegal. No rastro de 500 mil garimpeiros que avançaram pela floresta ficou uma impressionante rede de bordéis com haréns de meninas prostitutas. E muitos assassinatos. No cenário de frente de batalha deixado pela devastação entrincheiraram-se cantores de rock, conservacionistas, políticos, ONGs. Um senador americano, Robert Kasten, referiu-se à "nossa Amazônia" numa campanha contra novos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil. A primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, achou que "a forma tradicional de soberania nacional está crescentemente desafiada pelas realidades da interdependência ecológica e econômica".

Os índios mais primitivos da Terra, os ianomâmis, foram os últimos a perder "a inocência". A Amazônia passa por um diagnóstico para ser reordenada com um zoneamento ecológico-econômico. Itamar Franco quer reformar o paraíso e salvar os povos da floresta. E criou o Ministério da Amazônia.

COLONOS FORAM SEMEADOS NA AMAZÔNIA, MAS NÃO CRIARAM RAÍZES